



## PARECER TÉCNICO

**PROCESSO SEI Nº** : 23.0.000002065-6  
**INTERESSADO** : Defensoria Pública do Estado do Tocantins  
**ASSUNTO** : **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, visando aquisição de materiais para prevenção e combate à incêndio e pânico, para atendimento das demandas da DPE-TO

### PARECER TÉCNICO – 013/2024 - fase interna da licitação

Trata-se de procedimento que tem como objeto a realização de licitação **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇO**, visando a eventual e futura aquisição/contratação de materiais para prevenção e combate a incêndio e pânico, para atendimento das demandas da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

A fim de realizar o controle prévio dos atos praticados no âmbito do processo em epígrafe, este Controle Interno realizou a análise das peças integrantes dos presentes autos, oportunidade em que apresenta a seguir os presentes apontamentos considerados relevantes:

Consta, elaborado e inserido no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, o Documento de Formalização de Demandas (DFD), CV 0814135, contendo justificativa da necessidade da contratação, a especificação do objeto, por itens padronizados do Catálogo de Materiais e Serviços, nos termos do art. 12, inc. VII da Lei Federal nº 14.133/21;

Nota-se que houve pesquisa de mercado com base em orçamentos e informações extraídas do portal Banco de Preços, sendo acostada aos autos planilha estimativa de preços, CV 0814441, nos moldes do disciplinado no art. 23, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Consta dos autos o Estudo Técnico Preliminar (ETP), CV 0814597, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao termo de referência, sendo o mesmo aprovado pelo ordenador de despesas, CV 0815337, observado o disposto no art. 6º, inc. XX da Lei Federal nº 14.133/21;

Consta dos autos o Termo de Referência, CV 0856563, documento necessário para a contratação de bens e serviços, contendo os parâmetros e elementos descritivos da definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, a vigência da Ata de Registro de Preços, a fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução do objeto e de gestão do contrato, critérios de pagamento, formas e critérios de seleção do fornecedor, estimativa do valor da contratação, bem como a adequação orçamentária, nos moldes preceituado no inciso XXIII, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Consta Parecer Jurídico do controle prévio de legalidade da contratação, conforme CV 0860663, manifestando pela aprovação da minuta do edital e seus anexos, atendendo ao disposto no art. 53 da Lei Federal nº 14.133/21.

Ante o exposto, considerando a análise dos atos processuais promovida por este Controle Interno, entendemos pela possibilidade de prosseguimento da realização do certame licitatório, bem como o lançamento dos seus dados no SICAP-LCO em atendimento a Instrução Normativa TCE/TO nº. 03/2017.

Por fim, que os autos sejam encaminhados à **Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral**, para análise e manifestação.

**CONTROLE INTERNO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, aos 22 dias do mês de março de 2024.

**Daniela Rodrigues Gouvea Cruz**  
Coordenadora de Controle Interno  
Matricula nº 886506-0



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Rodrigues Gouvea, Coordenador(a) de Controle Interno**, em 22/03/2024, às 11:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.defensoria.to.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0861528** e o código CRC **84A8EC47**.